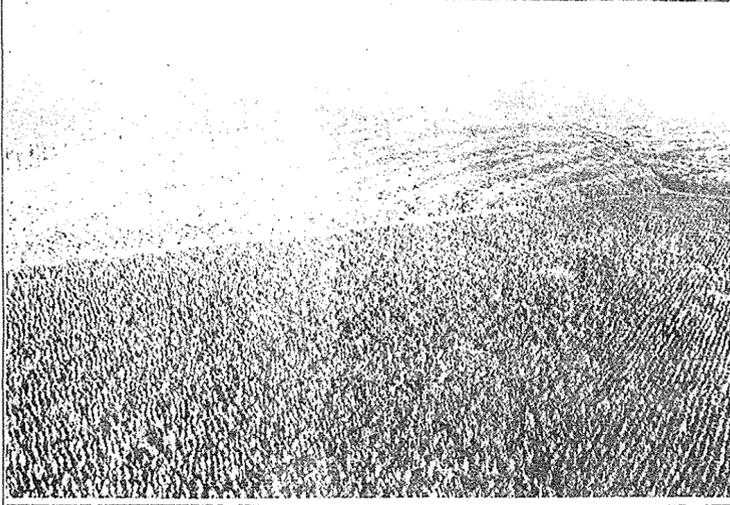
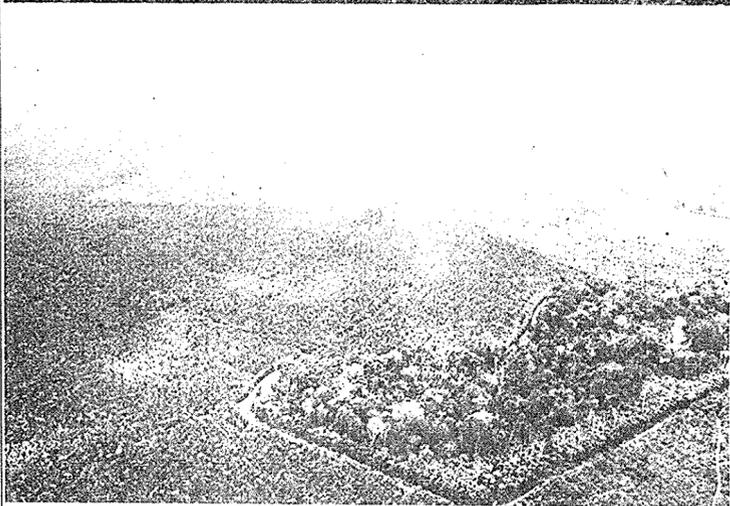


APIRUCU II

Nosso repórter Celso Ming mostra como uma imensa região na selva amazônica transformou-se nesta nova realidade:

JARI

As fotos são de Sidney Corrallo



Primeiro, as moto-serras, o machado e depois o fogo encarregam-se de derrubar a mult centenária selva amazônica. Em seu lugar, alguns dias depois, planta-se uma nova floresta, uma floresta civilizada.

Lá tudo é grande, quase sempre o maior do mundo. Lá se planta um dos arrozais mais extensos do mundo e uma das maiores florestas artificiais do mundo. E desenvolvem-se projetos com idéias que pretendem ser as mais ambiciosas do mundo.

A Jari Florestal e Agropecuária é realmente a maior fazenda do mundo. Quando se soubere suas dimensões exatas, poderá comparar-se, em tamanho, à Bélgica ou, então, ao Estado de Alagoas.

A Jari Florestal e Agropecuária, com sede em Belém, tem dois proprietários: 95% de suas ações pertencem à Universe Tankships, com sede nas Bermudas, e as outras 5%, à Entrerios Comércio e Administração, com sede no Rio, cujas ações pertencem, todas elas, à Universe Tankships acima citada. Essa Universe Tankships, por sua vez, pertence à Oceanic Tankships, com sede no Panamá, que, por sua vez, pertence à National Bulk Carriers, com sede em Monróvia, Libéria, que por sua vez, pertence 99% a um único homem, Daniel Keith Ludwig.

Em outras palavras, a maior fazenda do mundo é propriedade de um único homem, uma das três maiores fortunas do mundo, um desses capitalistas que ainda acreditam que as riquezas se fazem unicamente com grandes idéias, muito trabalho e, evidentemente, muito dinheiro. (Veja o perfil de Daniel Ludwig à página 17.)

No início da década dos 60, mister Ludwig convenceu-se inabalavelmente de que os dois maiores problemas econômicos do mundo na década de 80 seriam falta de comida e falta de papel. Foi então que decidiu preparar-se para enfrentar o desafio, tarefa à qual passou a dedicar todo o seu tempo e toda a sua obsessão.

A partir daí despreocupou-se com seu talão de cheques e, na prática, desistiu de ver o retorno do capital, já que os lucros só começariam a voltar à sua conta bancária quando estivesse próximo dos 90 anos.

Em 1966, procurava ele uma grande gleba tropical para levar adiante sua idéia. Estava seriamente inclinado a fechar negócio na Nigéria quando o então ministro brasileiro do Planejamento, Roberto Campos, convenceu-o a trocar a África pela Amazônia. Comprou, por 4 milhões de dólares, as terras do espólio do ex-coronel da Guarda Nacional, José Júlio de Andrade um português muito temido nas barrancas do rio Amazonas e de seus afluentes. Hoje, ninguém sabe, nem a Jari, quanto mede exatamente a maior fazenda do mundo. A área demarcada é de 1,3 milhão de hectares. Mas, além dessas, há as terras relacionadas nas escrituras, com fronteiras pouco claras. Se essas áreas forem reco-

nhecidas, a superfície do Jari pode aumentar para 2, 3 ou 3,5 milhões de hectares.

Cobrem parte do Estado do Pará e parte do Território do Amapá, cortadas transversalmente pelo rio Jari, afluente da margem esquerda do Amazonas. A sede administrativa da Jari Florestal e Agropecuária é a cidade de Monte Dourado, distante cerca de 400 quilômetros, em linha reta, de Belém do Pará. Há lá mais três cidades em plena expansão: Munguba, o centro industrial; São Raimundo, a sede dos arrozais; e Saracá, a sede do projeto pecuário — hoje relativamente estagnado (mantém cerca de 10 mil reses, apenas para consumo interno) mas que, em dez anos, deve concentrar 150 mil cabeças de gado.

Há também três silvi-vilas: Planalto, São Miguel e Bananal, pequenas cidades que abrigam os trabalhadores da área de florestamento. O projeto total prevê a construção de mais sete silvi-vilas.

Cada uma dessas cidades, inclusive as silvi-vilas, estão dotadas de completa infraestrutura urbana: casas de concreto, escolas (uma para filhos de estrangeiros e outra para filhos de brasileiros), supermercado, clubes, igreja, hospital ou posto médico, centro de tratamento de água, restaurante e unidade geradora de energia elétrica movimentada por óleo diesel.

O investimento total no Projeto Jari atinge 650 milhões de dólares (1,7 bilhões de cruzeiros) e deverá elevar-se a 1 bilhão de dólares (18 bilhões de cruzeiros) daqui a dois anos. Esse dinheiro veio, todo ele, das empresas de Daniel Ludwig. Os únicos benefícios conseguidos por ele do governo foram isenção de impostos na importação de equipamentos. A folha de pagamentos da empresa atinge hoje 17 milhões de cruzeiros mensais. Além desses, há outros 6 milhões de salários pagos pelas empreiteiras que trabalham sob contrato.

Suas dimensões, o fato de ser um verdadeiro enclave no meio da selva e, principalmente, a personalidade excessivamente hermética e centralizadora do seu proprietário, concorreram para envolver a Jari em uma cortina de mistério. Até técnicos do terceiro ou quarto escalão contam histórias fantásticas, de garimpos secretos guardados por homens armados de metralhadora, "onde só gringo tem autorização para penetrar".

O MINÉRIO E AS LENDAS

Os mais importantes minerais localizados no Jari são o caulim (ver matéria à página 18) e bauxita, minério do alumínio. Geologicamente falando, é impronável que essa região acuse

outros materiais preciosos, como ouro, prata, diamantes e urânio — a menos que estejam em outras terras de Daniel Ludwig, mais ao norte. Uma das acusações que se fazem ao Projeto (mas ao governo do que ao Projeto) é a de que tem recebido tratamento favorecido por parte de Brasília que permitiu-lhe o acesso aos documentos aerofotogramétricos do Projeto Radam. Os diretores da Jari não aceitam essas denúncias: "Primeiro, o material do Radam pode ser comprado por qualquer um. Depois, muito antes dele, em 1965, levantamentos tão ou mais completos foram feitos pela Cruzeiro do Sul, que também podem ser adquiridos" — afirma Johan Sweete, o mais antigo diretor adjunto da Jari.

As suspeitas a respeito do Projeto tem criado muita oposição, inclusive dentro do próprio governo que, em 1966, tanto se empenhava em que se instalasse no Brasil. Sweete não se constrange em bater no peito e responsabilizar, pelo menos em parte, a própria empresa por esse clima. "Realmente, a Jari permaneceu muito tempo fechada, só pensava em trabalhar, pouco se importando em mostrar o que realmente vinha sendo feito. Foi um erro. Mas já estamos corrigindo isso, com visitas de autoridades e de jornalistas que depois se encarregaram de contar o que realmente é esse Projeto".

Hoje a Jari recebe aproximadamente 350 visitantes por mês (em maio, foram 324). E o engenheiro Luís Antônio Monteiro de Oliveira, o mais novo diretor adjunto, antigo executivo da GTE, encarregou-se de colocar o Jari em contato com o mundo. Dispõe de dois canais de tele-fone (que daqui a quatro meses deverão multiplicar-se para um total de 12), uma linha de telex-full-duplex (que recebe e transmite mensagens simultâneas) em conexão ininterrupta com Nova York. Além disso, há um telex, uma ponte de rádio, ligando Monte Dourado a Belém e mais 180 estações de rádio para controle interno.

Dois antigos aviões DC-3 fazem a ponte aérea Belém-Monte Dourado, em duas ou três pernas (vãos) diárias, de duas horas e meia de duração cada uma. As prioridades para os vôos são, pela ordem, os doentes, os funcionários a serviço, os que saem ou voltam de férias, as visitas e o pessoal das empreiteiras. Esses aviões transportam por mês 2,5 mil pessoas e 50 toneladas de carga.

Além dos aviões, há os navios que carregam, por via fluvial, 400 pessoas e 120 toneladas de mercadorias por semana. Para isso, existem ainda as balsas e as barcaças particulares que completam as ligações de Jari com o mundo. (Veja à página 19, uma visão crítica do Projeto).

Morre uma paisagem. Nasce outra.

Não deixa de ser estranha essa idéia de cortar árvores no coração da selva para plantar outras no mesmo lugar. É que, para os objetivos da Jari, a madeira nativa não serve.

A floresta primitiva compõe-se de aproximadamente 200 espécies diferentes. Os técnicos da Jari defendem a tese de que ela não é adequada para a fabricação de celulose porque não tem homogeneidade. São fibras de tamanho, cor, densidade e consistência diferentes; e suas resinas são também de qualidade e concentração diferentes. Impossível industrializar esse monte de lenha porque cada lote de matéria-prima exigiria uma regulagem especial do equipamento e dosagens diferentes de elementos químicos necessários para o cozimento dos cavacos. Celulose se faz com apenas um tipo de madeira.

Nem todos pensam assim. O Instituto de Pesquisas Amazônicas (INPA), com sede em Manaus, chegou à conclusão de que a qualidade da celulose produzida com madeira da mata heterogênea é praticamente a mesma da que provém de florestas homogêneas. Independentemente, porém, da praticabilidade da conclusão do INPA, a Jari optou pelo desmatamento e pela implantação de florestas homogêneas. Se não pelas razões da qualidade de celulose, pelo menos porque as florestas heterogêneas levam mais de 50 anos para se recompor, enquanto as florestas de árvores especiais, em menos de 15 anos estão prontas para o corte.

Depois de muita pesquisa, os técnicos da Jari Florestal selecionaram dois tipos de árvores destinados a tomar o lugar da floresta heterogênea.

A primeira delas chama-se gmelina arborea (leia-se melina), árvore originária de Burma, Ásia, que possui características impressionantes. Em solo tropical onde possa desfrutar de muita umidade, muito calor, e muita luz, a gmelina cresce a uma velocidade de três a seis metros por ano. Depois de oito ou dez anos, ela já pode ser cortada e levada à fábrica. (Apenas para comparar, na Escandinávia, onde se concentram as maiores indústrias de papel e, portanto, as grandes florestas destinadas à produção de celulose, um pinheiro leva mais de 50 anos para se desenvolver antes de poder ser transportado às moendas. No Brasil, um jacarandá leva 120 anos para poder ser cortado.)

Mas a gmelina, uma árvore de casca esbranquiçada e folhas algo parecidas com as do feijão, tem outras características interessantes para o projeto: caule bastante reto, raízes superficiais, fibras relativamente longas (mais longas do que as do eucalipto e mais curtas do que as do pinheiro). Mas o que mais intriga os botânicos é sua exuberância vital: a árvore nasce tanto da semente como também dos galhos ou do tronco cortado — como rama de mandioca. Até da própria folha é possível nascer uma árvore, mas isso tem que ser feito em laboratório, à força de fertilizantes especiais. No entanto, a gmelina também tem um capricho: gosta e exige terra boa.

A outra árvore escolhida para o projeto é originária de Honduras. Seu nome científico é pinus carybea, parecida com esses pinheiros que se vendem por aí na época do Natal. Também cresce rapidamente, embora menos do que a gmelina. Está apta para o corte aos 16 anos. Mas não refuga terra fraca.

A DERRUBADA

O gerente do Departamento de Engenharia Florestal, Everaldo Nóbrega, 36 anos, mineiro tranquilo formado em silvicultura pela Faculdade de Agronomia de Viçosa, não é de muito falar. Responde a tudo mas limita-se estritamente ao que lhe é perguntado. De trabalho entrevistado. Mas, durante uma longa viagem de perua rural, por mais de 200 quilômetros pelo Projeto adentro, permite a montagem do quebra-cabeça, peça por peça.



A derrubada da floresta original se faz na época das chuvas (a partir de julho) por moto-serras. Um homem leva entre 20 e 25 dias para desmatar uma quadra de 100 por 100 metros. Mas, no início não era assim. O desmatamento era feito por tratores que acabaram violentando o chão. É que a maior parte do solo amazônico é como pele de moça: tão delicado que um simples arranhão deixa cicatriz. É formado por uma fina camada de húmus, de 15 centímetros, se não, depositada durante séculos sobre um areião compactado de cor avermelhada, apenas um pouco mais fino do que a areia usada para concreto armado.

Os primeiros 400 hectares foram desmatados por tratores cujas esteiras esmagaram e revolveram a fina camada fértil — um grave erro. A seguir, as águas completavam o estrago. Por isso, desde 1972, a derrubada é feita à mão. A madeira boa é aproveitada, o resto fica lá mesmo, no chão. Os técnicos da Jari também defendem a tese de que as cinzas fertilizam o solo desde que não sejam levadas pela chuva. Por isso, depois que toda a quadra estiver arrasada, põe-se fogo. Sobram apenas os tocos e troncos comprimidos, semicarborizados.

Imediatamente após, começa o plantio. Os homens levam os saquinhos de mudas e uma enxadinha. São cinco ou seis que se orientam na quadra por um cordão onde vão penduradas bandeirinhas de cores diferentes, um para cada trabalhador. Eles vão avançando em direção à sua própria bandeira, abrem uma cova com a enxadinha, fincam a muda, avançam mais três metros (quando se trata de gmelina) ou três metros e meio (no caso do pinus), fazem nova cova, plantam... e assim vai.

No 14º mês já há árvores de 3 a 6 metros de altura que despontam em meio a um viçoso matagal. Por isso, é necessário a limpeza que os homens fazem com um machado. Também erradicam-se as formigas com venenos convencionais. Não é necessária uma segunda limpeza porque daí para frente as copas das árvores se fecham um às outras e já não deixam penetrar luz suficiente para permitir o desenvolvimento das outras plantas ou de formigas. Mas são necessários alguns desbastes, no 29º, no 41º e no 53º mês. Esses desbastes têm o objetivo de podar os galhos inferiores para que os troncos cresçam retos, e de eliminar as árvores que perderam para as outras a luta pela vida.

A partir do próximo ano, quando estiver funcionando a fábrica de Munguba, os troncos cortados nesses desbastes serão industrializados. Até agora, galhos e troncos serrados são abandonados no chão para que apodreçam e contribuam para a fertilização do solo. Para produzir suas 750 toneladas diárias de celulose, a fábrica deverá esmagar aproximadamente 5.200 metros cúbicos de madeira. Para alimentar essas moendas as árvores não serão derrubadas todas de uma vez. No primeiro desbaste, quando a gmelina tiver 3,5 anos de idade, começam a ser retirados 355 troncos por hectare. No segundo desbaste, esse número cai para 181, no terceiro, para 103. Quando a árvore tiver 10 anos ela estará apta para um destino mais nobre ainda: será conduzida à serraria (cuja

instalação está prevista para 1981) e transformada em laminados e compensados.

Hoje há perto de 100 mil hectares reflorestados, uma área equivalente a 60% da superfície do município de São Paulo. Desses, aproximadamente dois terços em gmelina e outros dois em pinus. O projeto completo prevê outros 100 mil hectares florestados, o que deverá dar aproximadamente 220 milhões de novas árvores. Do avião é fácil distinguir a floresta nativa da floresta artificial. Esta é de cor uniforme, bem igualada e mais compacta. O pinus então é inconfundível. Do solo, a floresta primitiva é cheia de cipós, galharia cerrada. É impetrável a menos que se abra caminho a facão e machado. A floresta artificial é praticamente limpa. Nela só os tocos e os troncos não apodrecidos atrapalham o caminho.

A LAGARTA E A VESPA

Normalmente, árvores exóticas (vindas de outras regiões) são altamente resistentes a doenças, muito mais do que nos seus lugares de origem. Mas não se pode dizer que sejam totalmente isentas de pragas. As folhas da gmelina, por exemplo, começaram de repente a serem atacadas por lagartas. Mas enquanto os técnicos arrancavam os cabelos à procura de um antídoto, a própria natureza salvou as árvores de mister Ludwig: uma vespa atacou as lagartas para em seu lombo depositar os ovos. Vinham depois as larvas que se encarregavam de devorar os restos da praga.

Outro inconveniente que por enquanto não chega a preocupar é a quebra de produção da gmelina em terras mais fracas. E, a rigor, a experiência do Jari é curta demais para se ter certeza de que a grande capacidade de crescimento da gmelina não seja um fator de enfraquecimento do solo.

Os pinus não têm propriamente uma doença, nem uma praga. Mas costuma apresentar um defeito sério, todas as vezes que é transportado a regiões tropicais. Em vez de galhos, algumas árvores soltam um fuste, o lenho de se ver, mais conhecido pelo nome de rabo de raposa. Mas vem o vento, quebra o rabo de raposa e, com ele, a vida do pinheiro. Por isso, nos desbastes, toda árvore defeituosa vai impleiosamente ao chão para, ao menos, não atrapalhar o crescimento das sadias.

Outro inimigo das árvores é o fogo, principalmente durante a seca. Muitas vezes, esse fogo é ateado pelo homem e queima anos de trabalho. Em todo o Projeto há dez torres da altura de um prédio de oito andares. Lá, durante o estio, um observador dá plantão 24 horas por dia, varrendo toda a floresta com um aparelho chamado fire-finder (procurador de fogo) que basicamente é uma luneta com dispositivo para localizar as coordenadas geográficas exatas do ponto que está acusando fogo. Na mesma hora, o escritório central, em Monte Dourado, informa-se pelo rádio do que está acontecendo e manda equipes de socorro.

A alguns quilômetros da silvilva do Planalto que, por sua vez, dista 10 quilômetros de Monte Dourado, estão 62 hectares de sementais e outros 42 hectares de canteiros para obtenção e produção de mudas. Lá se produzem 12 milhões de mudas de gmelina e 6 milhões de mudas de pinus que garantem a continuidade do projeto. Há também uma quadra inteira de pinus, de sete anos de idade, cuja função é única e exclusivamente propiciar o desenvolvimento de um fungo, parasita do pinus, chamado micorriza, que vive simbioticamente nas raízes da árvore. Sem esse fungo o pinus não vive e sem o pinus o micorriza também não vive.

Depois de 9 anos de Jari, o engenheiro Nóbrega conhece toda a área florestada como se fosse sua casa, inclusive os 500 quilômetros de estradas principais e os outros 4 mil de estradas vicinais. Casado, tem duas filhas, e não sente falta da civilização. (Veja os aspectos ecológicos à página 17.)

O velho, o bilionário, o lendário Ludwig.

Daniel Keith Ludwig é o tipo do sujeito que um publicitário consideraria um bom produto mal promovido. Tanto, que para o grande público, é um nome praticamente desconhecido, embora seja a terceira maior fortuna individual do mundo, segundo a revista Time. Ao lado dele, Nelson Rockefeller, "um artigo bem mais promovido", não passaria de um reles proletário, já que possui apenas 12% dos ativos de Ludwig.

É dono da maior frota de petroleiros do mundo, a National Bulk Carriers Incorporation, com sede em Monrovia, Libéria, que, em 1976, registrava em seus cadastros nada menos do que 49 navios. Ludwig possui também grandes fazendas de gado na Venezuela, minas na Austrália e hotéis de veraneio nas Bahamas, Bermudas e México (Acapulco). Somados, todos esses bens devem dar algo acima dos 3 bilhões de dólares (54 bilhões de cruzeiros), mais de duas vezes o capital atual da Petrobras, a maior empresa brasileira.

Ludwig tem hoje 82 anos e nenhum herdeiro. Toda sua fortuna ficará para o Instituto Ludwig de Combate ao Câncer que tem sede na Suíça, fundado por ele próprio. É um dos raros exemplares de uma espécie em processo de extinção que os norte-americanos cultuam com fervor e chamam de self-made man — uma fortuna que veio do nada e se explica única e exclusivamente pelo trabalho.

Realmente, o começo desses 3 e poucos bilhões de dólares (provavelmente nem o próprio Ludwig sabia exatamente quanto vale seu pé-de-meia), está imerso em lendas — metade mito, metade realidade — como a história das riquezas do rei Salomão.

Pois dizem os especialistas em Ludwig, que tudo começou em Chicago, no final do século passado, quando o então candidato a bilionário, aos 9 anos de idade, conseguiu juntar tudo o que tinha, exatamente 25 dólares (450 cruzeiros, a câmbio de hoje) e comprou um barco seminaufrágado. Passou todo o inverno daquele ano consertando as avarias e, no verão seguinte, já transportava turistas pelo lago Michigan. Foi assim que o investimento original começou a devolver seus lucros, como a primeira moeda do Tio Patinhas.

Mas, a principal característica de Ludwig, sua incrível capacidade de prever e decidir, é que parece ter sido a grande moeda dos seus saltos. Logo que terminou a Segunda Grande Guerra, fez encomendas de navios e estaleiros japoneses, então completamente arrasados. Ninguém no mundo dos negócios, além de Ludwig, acreditava no ressurgimento da economia japonesa. Pois ele não só fez as encomendas como também financiou parte da reconstrução dos estaleiros. Com isso, pôde baixar os custos e, consequentemente, os fretes de sua frota, e assim, controlar fatias cada vez maiores do mercado.

A outra decisão, foi a de operar com superpetroleiros. A idéia considerada então uma monumental malucagem, exigia uma absurda filosofia operacional porque esses grandes tanques já não poderiam utilizar o Canal de Suez e teriam que ser desviados para a rota do Cabo, muito mais extensa e, consequentemente, mais onerosa. Mas veio a Guerra de Suez, em 1956, e, com ela, o fechamento do Canal. Foi então que os superpetroleiros de mister Ludwig entraram em ação e abocanharam mais mercado e ainda mais dinheiro.

O dono da Jari nutre cordial aversão a qualquer tipo de publicidade e faz questão de



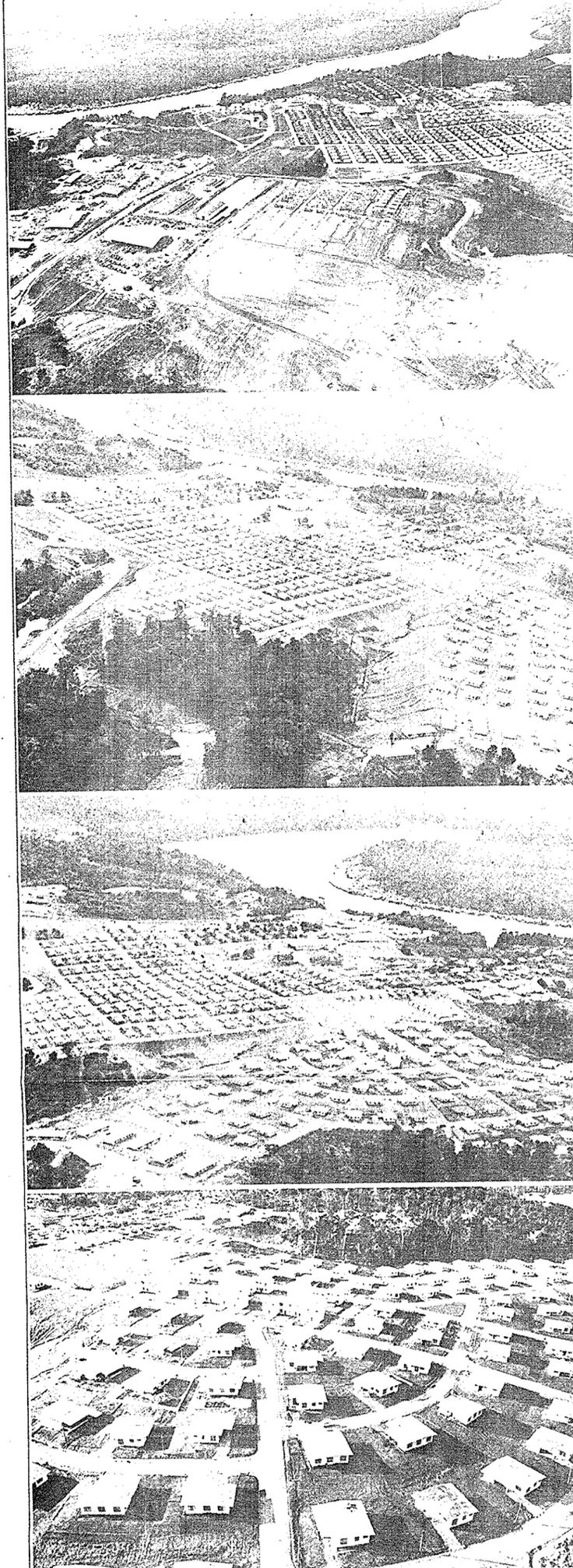
Este é o dono da Jari. Um dos três homens mais ricos do mundo, duro com os outros e consigo mesmo. Tem 82 anos e nenhum herdeiro.

manter jornalistas a alguns quilômetros de distância. Contam que, em 1926, quebrou três caixas ao salvar uns naufrágos e impediu que a notícia vazasse para os jornais. Nunca deu entrevistas e faz o que pode para fugir do alcance dos fotógrafos. Tudo isso, não por neurose — dizem —, mas por decisão tomada a meio caminho de sua carreira, quando teve sérios problemas com jornalistas interessados em procurar explicações demasiadas para sua fortuna.

Não há dúvida de que esses esforços de despiamento da imprensa, que seu staff executa com eficiência, contribuem para envolvê-lo numa aura de mistério. Quem o conhece, porém, assegura que se trata de um homem muito simples, afável com subalternos mais humildes e muito severo com seus executivos. Há alguns meses interfez pessoalmente para que a filha do caseiro da casa de hóspedes de Belém conseguisse estágio numa Clínica de Renome, nos Estados Unidos. Também não sente qualquer constrangimento em pedir emprestado um objeto de uso pessoal, como por exemplo, um aparelho de barbear, caso o tenha esquecido. Isso já aconteceu e foi esse mesmo caseiro quem emprestou o seu.

UM "PÃO DURO"?

Não chega a ser um "pão-duro", como dizem invariavelmente as lendas a respeito de ricos e super-ricos. "Se lhe pedem para encomendar mais cinco máquinas de ferraplanagem, que custam 6 milhões de cruzeiros cada uma, é capaz de perguntar: por que não oito em vez de cinco? Mas se se trata de melhorar, ainda que um nada, as condições do escritório central cujas paredes, de madeira, já dão sinais evidentes de avaria, aí ele é contra e não há o que o convença do contrário. Ele não queria saber de clubes nem de piscinas aqui no Projeto. Mas apareceu um diretor meio marrudo que mandou construir, à revelia dele, piscina, quadras de tênis, campo de futebol. Quando o Velho chegou e viu tudo quase pronto e irreversível, pôs as mãos na cabeça, como se tivesse ficado pobre da noite para o dia" — conta o engenheiro Roberto Rossi, assistente de diretoria.



Pássaros (cantando?) na floresta artificial

Existe uma velha discussão entre ecólogos, preservacionistas, naturalistas ou, simplesmente, amantes da natureza, a respeito das vantagens e desvantagens das florestas artificiais. É inegável que elas alteram o habitat da fauna, modificações nem sempre desejáveis.

No Jari, a natureza está sendo modificada, evidentemente, com consequências. Resta saber se elas são benéficas ou prejudiciais para a Amazônia. Aliás, essa preocupação não vale apenas para o Jari, mas para a maioria dos projetos de ocupação e desenvolvimento da região.

Lá, são três as áreas que mais levantam preocupações ecológicas: a das florestas artificiais, a dos arrozais e a da fábrica de celulose. No princípio, a Jari foi derrubando o mato meio a esmo. Hoje, está-se preocupando mais em conservar faixas de floresta nativa, principalmente ao longo das margens dos rios. Segundo o biólogo Paulo Nogueira Neto, o titular da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, essas faixas de floresta têm sido suficientes para manter a fauna.

Quem percorre quilômetros e quilômetros de plantação de gmelina pode ver e ouvir muita passadeira: araras, periquitos, bairacaes, anas, curióes, bem-te-vis, alguns gaviões e muitas outras aves que só um bom conhecedor pode identificar. O que não dá para dizer é se algumas espécies fugiram ou pereceram e se realmente se mantém o equilíbrio original.

Também é preciso dizer que a floresta amazônica não é aquela que se vê nos quadros de Rousseau, Le Douanier, onde aparece uma fera a cada metro quadrado de selva. Ao contrário, lá, de vez em quando aparece um animal. Onça, por exemplo, a mais famosa fera das nossas selvas, é bicho raro não só porque é pouco numeroso mas porque faz questão de manter muita distância do bicho-homem.

O engenheiro florestal, Everaldo Nóbrega, aquele que fala pouco, garante que está acontecendo uma inesperada concentração da bicharada mais grávida: "O fruto da gmelina, muito parecido com o abiu, tem atraído veados, seus grandes apreciadores, que também se alimentam das folhas. Mas não são apenas os veados que se regalam com os frutos e as folhas da gmelina. Todos os tipos de roedores também: paca, serelepe, cotia, coelhos selvagens. E, atrás deles, vêm também os predadores: jaguatiricas, iraras, sussuranas..."

Mas, o principal predador tem sido o homem do Jari. Nos fins de semana sai por lá um verdadeiro batalhão de apreciadores de caça, principalmente veado — carne especial para quem quer fugir da rotina alimentar do Jari.

Mas segundo o engenheiro Nóbrega há pelo menos três tipos de bichos que estão raramente: as antas, grandes comilões de brotos de embauba, que também vêm abaixo com o desmatamento; os porcos-do-mato, calitús e queixadas — que preferem mato fechado; e os macacos, micos e guaribas — que não se dão bem nos galhos da gmelina.

Por falar em guariba, está na moda entre o pessoal de staff do Jari, passar a noite na torre 7, ponto estratégico da floresta, para gravar o canto desse animal. Trata-se de um macaco feio, preto, de braços e pernas enormes, tão grandes que dão a sensação, a quem o vê pela primeira vez, de ser bem maior do que realmente é. Lá pelas tantas da madrugada, em meio ao maior silêncio da floresta, desanda de repente o canto do primeiro guariba: um som estridente, meio rouco, que vem do fundo da garganta. Depois deste, começam os outros, como galos, uma cantoria infernal.

SÓ O TEMPO VAI MOSTRAR

Na área do arroz parece ter acontecido mais ou menos o mesmo que está acontecendo na área de florestamento. Os diques e os novos canais de irrigação têm atraído muitos peixes, provavelmente porque trata-se de terra nova que desprende microorganismos. Atrás dos peixes têm vindo bandos de garças, jaburus, socós, algumas aves parentes da cegonha, pa-

Também não é de distribuir gorjetas. Uma vez, pediu a um servente da casa de hóspedes que o atendesse enquanto permanecesse no Jari. Na hora de partir, deu-lhe uma nota de 100 cruzeiros. Foi um acontecimento "É que com tanta coisa para pensar e tanta pressa para ganhar tempo, nem passa pela cabeça desse homem que as pessoas costumam esperar gorjetas" — diz, meio em português meio em espanhol, o caseiro da casa de hóspedes de Belém, o austríaco Hanz Schlessinger.

Viaja sempre sozinho, nunca de primeira classe. Já lhe perguntaram se não teme sequestratos: "Não" — respondeu. "Não carregue dinheiro e na minha firma sou o único que assina os cheques."

Ninguém ouviu uma palavra sequer de sua mulher que vive com ele em Nova York. Relativamente alto, magro, muito sóbrio, chega a ser até desleixado no vestir. No Jari, costuma usar uma calça cinza, velha de 25 anos, e sapatos pretos, mais velhos ainda, raramente limpos. Lê pouco. De vez em quando, um livro de bolso que ele mesmo compra nas livrarias dos aeroportos.

Não fuma, come pouco, nunca come carne. Em compensação, bebe muito leite e é um devorador de bananas e de mamãozinho papaya, ao menos quando está no Brasil. Uma vez, presentearam-no com três mamãozinhos embrulhados num saco de papel, desses de supermercado. Ludwig não se separou deles durante a viagem. Fez questão de carregá-los sobre os joelhos até o pouso do avião.

Também não bebe. Lá uma vez ou outra faz uma concessão ao álcool: toma um estranho coquetel de vodca com um pouco de leite. Nas primeiras vezes que viajou para o Jari, trazia em sua bagagem algumas garrafas de água mineral dos Estados Unidos, para consumo próprio. Mas, depois perdeu o medo e passou a beber a própria água tropical tratada no Jari.

Pelo que se vê, é um espartano. Sabe-se também que dorme em colchão duro, de tábua revestida, para domar um certo desvio na espinha. Dorme tarde, acorda às 6 e geralmente está pronto muito antes de chegar o motorista encarregado de levá-lo ao escritório. Quando não chove, prefere completar a pé o trajeto que separa o alojamento (invariavelmente o de número 3 da casa de hóspedes da Fazenda) do restaurante. São bem uns 500 metros de descida e de rampa, bem puxada para um octogênio, que ele completa em passos largos, firmes e muito rápidos, "difíceis de acompanhar".

Cada dois ou três meses, desembarca em Belém, geralmente depois de uma maratona em Brasília e no Rio, para uma visita de inspeção de dois ou três dias no Jari. Sobrevoa cada um dos seus projetos e pouso numa das extremidades da fazenda. E volta de jipe, "para certificar-se de como vão as coisas, tanto por cima como por baixo".

Dizem que aos cinquenta e poucos anos parou de envelhecer e que conserva invejável resistência física. Mas não consegue sacudir uma sensação de tempo se escoando e muito ainda o que fazer. Talvez seja isso o que o leve a redobrar o ritmo de trabalho. De quando em quando, faz menção à sua idade avançada. Um dia — conta uma testemunha — procurou duas vezes o passaporte no fundo de sua mala mas não o encontrou. Só na terceira ele o descobriu entre os papéis e deixou escapar em inglês, um lamento inconformado: "Acho que estou ficando velho e meio caduco".



Os pássaros estão-se concentrando nos arrozais da Jari. Mas há quem desconfie de que isso não seja sinal suficiente de que tudo esteja bem.

rijos de vietcongs. Por ser altamente tóxico, o agente laranja foi proibido em muitos países, inclusive no Brasil e nos Estados Unidos).

"Mas, o que mais preocupa — continua Camillo Vianna — é que eles estão mexendo profundamente com a natureza sem uma consulta sequer a um ambientalista, um ecólogo, um especialista... Se há tanto dinheiro correndo por lá, por que não contratam ao menos um? Sai barato e vale a pena, porque eles podem estar perdendo milhões com a destruição de que talvez não tenham consciência e que só vai aparecer daqui há alguns anos. O Henry Ford também não perdeu todos os seus milhões no seu projeto de Fordlândia?"

(Fordlândia foi um projeto ambicioso da própria Ford. A idéia era a de formar imensos seringaais para produção de borracha natural. Mas, quando os seringaais já estavam adultos, um fungo atacou as folhas da seringueira e realmente acabou com milhões de dólares de Henry Ford. Hoje, o projeto está praticamente abandonado.)

O DESTINO DA LIXÍVIA

O outro ponto polêmico, sob o ponto de vista ecológico, do Projeto Jari, é o destino a ser dado para a lixívia negra que deve sobrar do processamento da celulose.

É que a fabricação de celulose pelo processo kraft exige o cozimento dos cavacos de madeira num caldo altamente cáustico. Embora a quase totalidade dos produtos químicos seja posteriormente recuperada, sobra ao final do processo, um resíduo fortemente tóxico, que acabará sendo jogado no rio Jari.

O engenheiro Nei Monteiro da Silva, gerente-geral do Projeto Celulose, o carioca que antes de ir para o Jari "estava dando uma maçozinha para ajudar a parar São Paulo" — não esconde que "alguma poluição vai mesmo existir". Mas argumenta que nenhum agente poluidor pode ser analisado isoladamente:

"Tudo depende da quantidade de água em que a lixívia ficará diluída. Se você botar uma colher deste licor num copo d'água você está preparando veneno. Mas se você joga um caminhão no mar, não acontece nada. Aquil também vai ser assim. A quantidade de resíduos poluidores que serão ejetados no Jari será dez vezes menor que o máximo tolerável pelos padrões escandinavos, os mais exigentes do mundo. Aquil, a quantidade de BOD (sigla que, traduzida do inglês, significa Demanda Bioquímica de Oxigênio) será de 1 para cada 3 mil unidades de água. Na Finlândia, ela cai de 1 para 300".

O titular da SEMA, Paulo Nogueira Neto, não vê grandes perigos com a ejeção da lixívia negra no rio. Segundo ele, o Jari deverá ser classificado na categoria 2, o que permitirá o lançamento de detritos industriais desde que a água para consumo humano à jusante receba tratamento adequado: "É tão grande a vazão do rio Jari, (60 metros cúbicos por segundo na pior das hipóteses, ou seja, em tempo de seca num ano de grande estiagem), e tão largo (200 metros) e tão fundo (25 metros) — que o lançamento da lixívia de uma fábrica de celulose com capacidade de produção de 750 toneladas diárias, ainda que não tratada com equipamentos tão sofisticados, como serão os da Braskraft às margens do Paranapanema, não deverá trazer problemas de poluição".

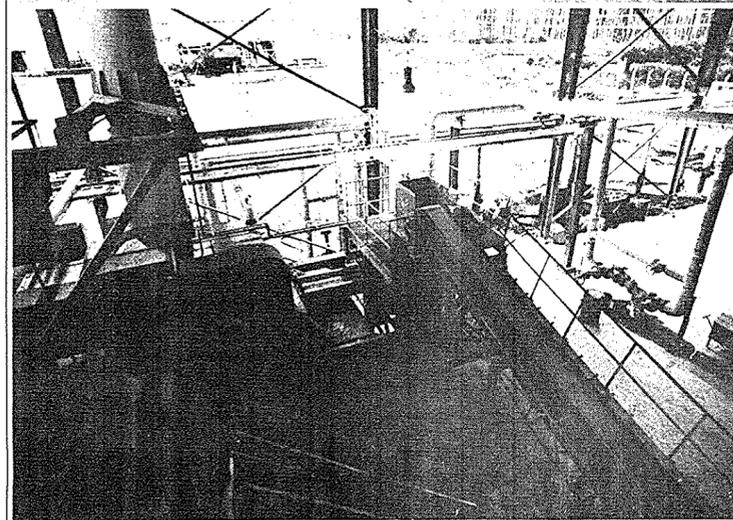
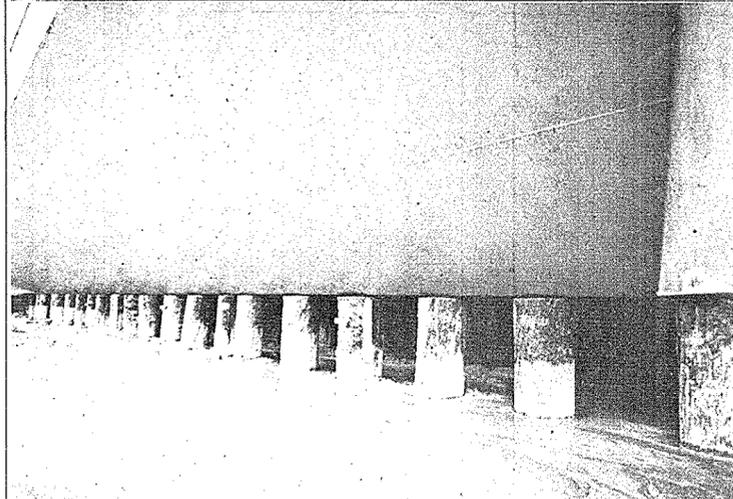
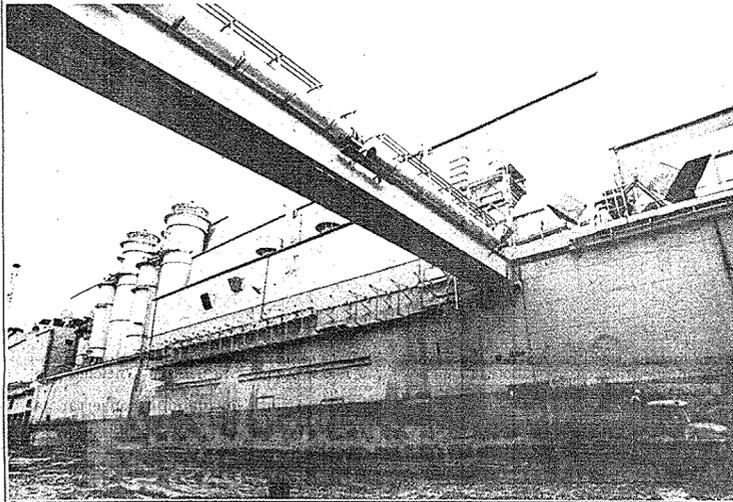
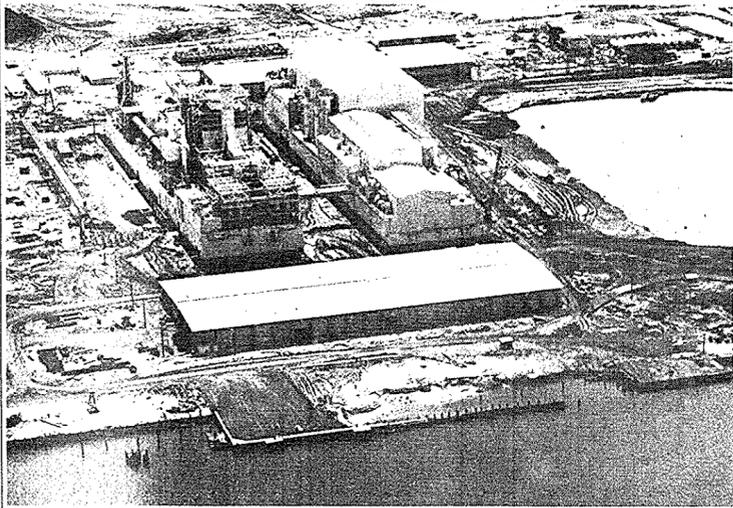
Não falta, porém, quem colóque sob suspeita a classificação do Jari logo na categoria 2. O médico Camillo Vianna é um deles.

Aquele cheiro nauseabundo que emana das fábricas de celulose, também não deixará de faltar em Munguba, embora os gases também devam receber um tratamento especial em caldeiras de calcificação. Mas o próprio engenheiro Nei Monteiro da Silva não tem idéia de quanto isso vai adiantar: "Isso nós só vamos saber quando a fábrica começar a funcionar". E Paulo Nogueira Neto também não ergue obstáculos a essas emanções sulfurosas: "O controle que eles exercerão sobre esses gases será o convencional. Mas como a população que viverá dentro de um raio de 5 quilômetros é bastante escassa, esses gases não deverão trazer problemas". (Veja matéria sobre a fábrica à página 18).

Monte Dourado é uma capital que se ergue no coração da mata. Lá há 1.213 casas ou alojamentos onde moram 5.708 pessoas. Uma cidade que tem escolas, hospital, igreja, clubes, supermercado, delegacia de polícia.



Ao lado do rio domado, o enorme arrozal.



Esta é uma fábrica que veio do Japão, inteiramente montada sobre uma barcaça. Hoje, essa barcaça está pousada sobre 3.800 toras de maçaranduba. Ela vai ser dirigida por um carioca gozador.

Já ficou dito atrás que Daniel Ludwig se propôs a ajudar a matar a fome do mundo e, obviamente, a ganhar muito dinheiro com isso. Quem chega a São Raimundo, a capital dos arrozais de mister Ludwig, procedente de Monte Dourado, a capital do Jari, não tem dúvidas de que o homem está levando seu sonho a sério. Mesmo vistos do avião, os arrozais se perdem na linha do horizonte. Ainda assim, estão plantadas apenas 36% da área prevista, ou seja, 5 mil hectares, para um plano total de 14 mil hectares.

(Apenas para dar uma idéia, para quem não está acostumado com esse tipo de números, um hectare equivale a um quarteirão — quadra de 100 por 100 metros). São várzeas imensas que, no tempo das águas ficam submersas com a inundação do rio Arraiolos, um desses milhares de afluentes dos rios do Amazonas. O projeto de São Raimundo procurou incorporar a tecnologia holandesa de produção. Primeiro, construíram-se diques ao longo das margens do Arraiolos, com dupla função, impedir as inundações e possibilitar o aproveitamento das águas para irrigação, feita por uma rede de canais. Basta para isso abrir comportas ou fazer funcionar as bombas.

A seguir, vem a conquista do solo, feita por escavadeiras e imensos tratores anfíbios dotados de pneus duplos de quase um metro de largura cada um, cuja função é impedir a submersão do equipamento no lodacal e nos incontáveis igarapés que cortam a área, como veias capilares.

Para que a irrigação possa ser feita por igual (a homogeneidade é imprescindível em todo esquema que exija mecanização intensiva), é necessário que haja um desnível de um pouco mais de dez centímetros entre a parte mais alta e mais baixa de cada quadra. Aí o bom trabalho das máquinas é vital. Uma inabilidade do tratorista pode inutilizar por dois ou três anos, o solo delicado da Amazônia.

As primeiras experiências do projeto foram feitas, a partir de 1972, em Jarilandia, antiga sede da Fazenda, em 200 hectares de várzeas. Lá, foram testadas cerca de 400 variedades diferentes de arroz. Dessas, foram escolhidas duas, grãos extralongos, de grande aceitação pelo mercado, procedentes, uma delas, das Filipinas e a outra, do Surinã.

Mas não foi nada fácil. Arend Reedijk, um holandês de cara vermelha (tanto de raça como de sol), 30 anos de idade, que gerencia a Divisão de Agricultura do Projeto Jari, lembra-se com muita tristeza daquele tempo: "Foram quatro anos só apanhando. Essas várzeas eram um mingau e as máquinas desapareciam no brejo. Nada dava certo. Tinha dia que dava aquela vontade de mandar tudo para o inferno, tomar um avião, sumir em qualquer buraco do mundo, para nunca mais voltar. Mas, depois de muito trabalho, de muito dinheiro, muito sacrifício e, sobretudo, muita paciência, aprendemos a domar essa natureza braba."

SEMENTE DO CÉU

Depois de preparada a terra, cada quadra é inundada com 15 centímetros de água. Aí, descansam os tratores e entram em ação os aviões agrícolas que semeiam grãos pré-germinados, ou seja, imersos em água desde o dia anterior. A semente afunda, e quando a água some para dentro da terra, o arroz já está brotando.

Algumas semanas depois, chega a vitamina. Cada hectare leva cerca de 300 quilos de adubos, mais 110 quilos de fertilizantes de cobertura, duas ou três pulverizações contra lagartas, outras duas de herbicidas e duas ainda de inseticidas preventivos. Tudo isso cai do céu, de avião.



Quando param os aviões, começam a funcionar as colheiteiras, 104 dias após a semeadura. Cada colheita dá 5 mil quilos de arroz em casca por hectare — uma produtividade só equiparada a de algumas regiões da Indonésia. (A produtividade média do Brasil gira em torno de 1,5 mil quilos por hectare). E tem mais. No Jari há duas colheitas por ano, o que dá uma produção de 10 mil quilos anuais por hectare. E aí o Projeto de São Raimundo leva uma vantagem em relação aos números de algumas áreas do Japão e da Indonésia. Lá, se conseguem três colheitas anuais porque o arroz é replantado a mão, muda por muda (mas já crescido), técnica que permite o ganho de tempo.

Até agora, o arroz produzido no Jari foi quase inteiramente consumido pelos próprios funcionários do Projeto. Mas o grande objetivo é sua venda aos mercados do Centro-Sul ou do exterior. Há alguns meses foram despachadas para a Itália as primeiras 15 mil toneladas de arroz em casca. Em casa, porque a máquina de beneficiamento só agora está sendo instalada. E, como ela, os silos que hoje têm uma capacidade de armazenamento de 22 mil toneladas. Dentro de mais alguns anos, estarão aumentadas para uma capacidade total de 154 mil toneladas.

Reedijk, o técnico holandês, não se perde uma única vez quando enumera os equipamentos necessários para tocar o projeto: "Cada bloco precisa de 26 colheiteiras, 12 tratores agrícolas de 250 cavalos, 30 grades e implementos de arado, 3 aviões agrícolas, 5 carretas de 30 toneladas para transporte de produção, 10 graneleiros para descarga do arroz das colheiteiras para as carretas, 5 caminhonetes, 1 oficina ambulante, 1 estação de irrigação com capacidade de bombeamento de 180 mil litros por minuto e 1 estação de drenagem para escoar outros 500 mil litros por minuto."



Uma fábrica navegando do Japão ao Jari

A fábrica de celulose é outra dessas decisões que começam por serem catalogadas como apenas uma malucoide de um bilionário e que, aos poucos, passam a ser admiradas como idéia simplesmente genial. Não propriamente porque se tratou de instalar uma indústria no meio da mata virgem, pois esse tipo de fábrica tem mesmo que ficar o mais perto possível das suas fontes de matérias-primas. A malucoide — ou a grande idéia — está em como a fábrica chegou até Munguba, às margens do Jari.

Essa fábrica é constituída, antes de tudo, de dois grandes barcos que vieram já montados, do Japão. Chegaram nos primeiros dias de maio, depois de uma viagem de três meses de duração e 26 mil quilômetros de percurso, através da rota do Cabo, puxados por dois rebocadores.

Um desses barcos é a fábrica de celulose propriamente dita. A outra unidade é a usina cuja função é fornecer energia elétrica para a fábrica de celulose a partir da queima de cascas, pontas e restos de madeira que não tiveram serventia para a fabricação de polpa. As duas unidades juntas são maiores do que um campo de futebol, e em altura, equivalem a um edifício de sete andares. Medem 230 metros de comprimento, 90 de largura e 57 de altura.

Evidentemente, a razão por que essas duas barcaças vieram rebocadas do Japão ao Jari não foi a simples satisfação de um capricho de mister Ludwig. As duas unidades já vieram prontas pela razão maior de que a logística de montagem, no meio da selva, de uma planta de celulose e de uma termelétrica, traria tantos problemas técnicos e econômicos que a tornariam praticamente inexequível. Basta imaginar a complicação que seria fazer vir de todo o mundo técnicos especializados para a montagem. Ficou, por exemplo, três vezes mais barato instalar uma unidade produtora de oxigênio (para solda) do que trazer as bombonas de gás, por barco, até Munguba.

O engenheiro Nei Monteiro da Silva, um carioca gozador, é o executivo contratado para ocupar o cargo de gerente-geral do projeto de celulose. "Eu já estava alguns anos em São Paulo porque ouvira dizer que São Paulo precisava parar e eu fui dar uma mãozinha. Aí, o pessoal do Jari me foi buscar. Vim, por uns dias, saber em que buraco pretendiam me meter. Me empolgaram e acabei ficando" — é assim que Nei se apresenta. E, ainda sob os efeitos da empolgação, conta como foi a chegada das barcaças ao Jari.

Para que pudessem atravessar com segurança os oceanos (Pacífico, Índico e Atlântico), as duas barcaças vieram divididas internamente em compartimentos estanques, para que uma eventual avaria durante viagem se restringisse a apenas um setor e não colocasse em risco todo o equipamento.

As duas unidades estão instaladas às margens do rio, em terra firme, sobre 3.800 pilastras de maçaranduba, madeira extra-dura, tirada das próprias matas nativas da região. Essas toras estão enterradas, como estacas, cerca de 25 metros para dentro do solo e 3 acima dele.

COMO A ARCA DE NOÉ

Para que pudessem ser instaladas no lugar a elas destinado, foi necessário construir um dique em forma de ferradura e escavar a terra para onde foi bombeada a água do rio até formar uma lagoa. Para isso, trabalharam nada menos do que 350 equipamentos pesados, dotados de pás, capazes de movimentar 35 metros cúbicos de terra de cada vez.

Depois, as barcaças foram introduzidas, através de uma comporta, para dentro dessa lagoa. Numa terceira etapa, enquanto as bombas trabalhavam, agora em sentido contrário, ou seja, esvaziando a lagoa, um japonês, especialista internacional em ajestação de grandes unidades, comandando uma frota de tratores, guindastes e scrapers, encarregou-se de fazê-las pousar milimetricamente sobre as toras de maçaranduba. E lá estão elas, como a arca de Noé sobre o monte Ararat.

Pelo cronograma, até março próximo, os técnicos estarão preparando a fábrica para o início do funcionamento. Já foram abertas, com maçarico, portas e janelas nos cascos das barcaças, e removida parte das paredes que separavam os compartimentos estanques. Ao mesmo tempo, está sendo montada a grande esteira transportadora de cavacos que alimentará as seções de cozimento, e feitas as conexões com as unidades produtoras de dióxido de sódio e soda cáustica — também chegadas ao Jari em módulos completos de produção.

Até maio, estará funcionando também a estrada de ferro que terá, quando terminada, 250 quilômetros de extensão — o que dá metade da distância entre São Paulo e Rio. E por essa ferrovia que chegarão as toras de gmelina e de pinus, em vagões de fabricação nacional (Cobrasma) puxadas por locomotivas diesel-elétricas importadas.

A fábrica produzirá, nessa primeira etapa, 750 toneladas diárias de celulose. Para isso, processará 3 mil toneladas diárias de madeira que servirá de matéria-prima, enquanto que outras 1,6 mil toneladas serão queimadas para geração de energia elétrica. O investimento total deverá ultrapassar 300 milhões de dólares (5,4 bilhões de cruzeiros).

Mesmo quem vê de perto o projeto do conjunto de Munguba não tem idéia da complexidade que é tocar um centro industrial naquele fim de mundo, onde tudo tem que ser trazido de fora: de São Paulo, Rio ou do exterior.

A unidade de celulose, por exemplo, desdobra-se em 50 mil desenhos. Apenas para estudar um código especial e um sistema de manipulação desses lay-outs, terá que ser contratada uma equipe de técnicos finlandeses. Só o almoxarifado da fábrica terá que controlar 25 mil itens diferentes, desde simples lâmpadas elétricas a peças de sofisticados aparelhos de controle. E tem mais: as dificuldades de suprimento obrigam a manter em estoque duas ou três vezes mais peças do que o normalmente necessário.

A celulose será toda exportada. Aliás, a posição da fábrica é bastante estratégica. Está pelo menos 3,5 mil quilômetros mais próxima

de Reedijk recupera o fôlego e continua: "Multiplique tudo isso por 14 e você terá uma idéia do volume de equipamentos necessários para tirar esse arroz do chão. Além disso, há outras 18 escavadeiras necessárias para o preparo de cada bloco de terra. Quando terminam os serviços começam o preparo de outro bloco... e assim por diante".

— Mas, por que tanta máquina, tão cara, quando se poderia dar emprego para tanta gente que não tem onde cair morta aí por esse Brasil?

O holandês coça o alto da cabeça onde já desponta uma calva prematura e responde num português arrastado: "Olha, para tocar o projeto do jeito que ele é, portanto com pouca gente, são necessárias 110 pessoas por bloco, 70% delas para operar o equipamento e os outros 30%, para trabalhar na manutenção, irrigação e drenagem. Toda essa gente, ou quase toda, tem família aqui. Cada família precisa de casa. Casa com casa formam cidades e cada cidade precisa ter escola, hospital, igreja, escritório de administração, supermercado. E tudo o que se vende no supermercado tem que vir de São Paulo e do Rio... tudo por conta do Jari porque ninguém viria para cá se não tivesse onde morar e meios para assegurar sua sobrevivência. Por isso, é economicamente inviável um projeto que pretenda-se utilizar mão-de-obra intensiva. A única saída é usar equipamento que ao menos não precise de cama, comida e escola".

São Raimundo possui hoje 90 casas das 500 que deverão ser erguidas até o fim da implementação do projeto. Lá, trabalham 1.100 funcionários de um total previsto para 1.800. A população total é de 1.500 habitantes que tem usufruto de duas escolas (a internacional — para os filhos de estrangeiros; e a brasileira), supermercado, hospital, clube com piscinas, quadras de tênis, etc; transporte fluvial e aeroporto.

A VEZ DO LUCRO

A utilização intensiva de equipamento, por sua vez, também cria problemas. A maioria das máquinas é importada e, depois, a assistência técnica e todo o esquema logístico para fazê-las funcionar no meio da selva obriga a uma estocagem anormal de peças sobressalentes e a um controle muito rígido.

O fato, porém, de se tirarem duas safras anuais do mesmo solo também obriga a que toda a estrutura funcione como um relógio. Os aviões, por exemplo, têm exatamente 25 segundos para receberem uma carga de adubo porque, enquanto isso, um segundo aparelho que está pulverizando seu lote precisa encontrar a pista já desocupada para receber nova carga. Cada avião faz, aproximadamente, 40 vôos diários. Imediatamente após a colheita, os tratores voltam a preparar o solo para que o novo grão tenha tempo suficiente para germinar e aproveitar a boa estação. O primeiro plantio se faz em abril/maio e o segundo, em agosto/setembro.

Mas o projeto caminha rapidamente. A cada ano prepara-se um novo bloco de 2 mil hectares (2 mil quarteirões). Hoje, há dois blocos e meio (5 mil hectares) em produção. A implantação de todos os 14 mil hectares (7 blocos) levará 7 anos, ou seja, mais 4 anos e 6 meses.

Até agora já custou 30 milhões de dólares (540 milhões de cruzeiros, a câmbio de hoje) e deve consumir pelo menos outros 30 milhões de dólares. Pela cotação atual, a produção anual de 30 mil toneladas de arroz vem rendendo apenas 120 milhões de cruzeiros. O projeto só deverá começar a dar lucro dentro de ano e meio, quando 4 mil hectares estiverem em franca produção. (Veja aspectos ecológicos à página 17).

do mercado norte-americano ou europeu do que os portos do Sul. E o carioca Nei Monteiro da Silva não está nem um pouco preocupado com a atual parada do mercado internacional de celulose: "Este projeto não é para amanhã. O objetivo é dar dinheiro daqui há alguns anos, quando o mundo terá fome de papel".

Para 1981 já está prevista a ampliação do complexo de Munguba com a implantação de uma serraria e de uma fábrica de laminados e compensados de madeira. Depois, — consta dos planos — virá a duplicação da unidade de celulose e uma fábrica de papel. Mas, para isso, será necessária uma hidrelétrica. Quêda d'água não falta. Ali mesmo, quarenta quilômetros acima do rio Jari, está o salto de Santo Antônio cujo potencial energético está calculado em aproximadamente 1 milhão de quilowatts. Antes, porém, será preciso transpor um obstáculo maior do que a selva. Trata-se da própria Eletrobrás que não está muito disposta, por motivos ainda não esclarecidos, a autorizar a construção da hidrelétrica. (Veja os aspectos ecológicos à página 17)

POZINHO BRANCO

Também em Munguba está funcionando a unidade de processamento de caulim, um investimento que custou aproximadamente 25 milhões de dólares. Caulim é um pozinho branco, fino como talco, utilizado para revestimento do papel a fim de melhorar sua fluidez através das rotativas. As vezes, quando se folheia uma revista, esse pó branco passa para os dedos. Mas o caulim tem outras finalidades industriais, principalmente na fabricação de cerâmicas especiais e nos laboratórios farmacêuticos.

As jazidas do minério localizam-se a alguns quilômetros de Munguba, do outro lado do rio, já no território do Amapá. Quando a propriedade passou para as mãos do velho Ludwig, ninguém imaginava que lá estavam depositados 45 milhões de toneladas bem cubadas de caulim. E não se trata de um caulim qualquer, mas do melhor caulim do mundo. Jazidas que apresentem qualidades como as do Jari só se conhecem duas no mundo, uma na Inglaterra, em Newcastle, e a outra nos Estados Unidos, no estado da Geórgia.

Até o aparelhamento do caulim brasileiro, duas empresas, a British Kaolim e a Georgia Kaolim constituíram um verdadeiro cartel mundial do produto. Agora, o cartel tem um novo parceiro, a Caulim da Amazônia, empresa da qual participam, além da Jari, a Georgia Kaolim e o grupo Antunes.

No entanto, a atual capacidade de produção da fábrica, 200 mil toneladas anuais, as atuais reservas de caulim deverão durar 225 anos. Mas não é improvável que novas jazidas venham a ser descobertas.

O minério, extraído a céu aberto, é transportado até Munguba por um duto especial. Lá, ele é separado de eventuais escórias, processado e estocado para embarque com destino ao exterior. As indústrias brasileiras de papel, antes obrigadas a importar 20 mil toneladas anuais do produto, agora se abastecem de caulim nacional.

Uma cidade agitada emergindo das águas

Nem os administradores da Jari sabem exatamente quantas pessoas moram nas terras do Projeto: 25 mil? Talvez bem mais, talvez um pouco menos...

Há muito, a empresa está perdendo o controle sobre os habitantes do lugar. A rigor, nunca teve controle total e já pagou caro por administrar inadequadamente a realidade social da região. É que o pessoal vai chegando, se instalando às margens do rio ou, então, ergue sua palafita numa curva de um igarapé qualquer e vai vivendo sua vida.

No Jari, há várias maneiras de viver a vida. Há a vida do pessoal de staff (executivos, gerentes, funcionários altamente especializados — entre eles, cerca de 300 estrangeiros, quase todos norte-americanos), há os funcionários de nível intermediário (engenheiros, técnicos, trabalhadores especializados); há os peões, mão-de-obra não especializada, geralmente contratada pelas empreiteiras; e há, finalmente, uma camada que vive de prestação dos mais variados serviços: são pequenos comerciantes, condutores de barcos, reparadores de objetos de uso pessoal, prostitutas — quase todos, moradores dos beiradões, palafitas erguidas desordenadamente em três pontos diferentes do rio Jari, nas margens opostas aos das instalações da empresa.

O pessoal de staff e o de nível intermediário é todo ele contratado ou no Exterior ou nos grandes centros urbanos do Sul, principalmente São Paulo e Rio. Como são poucos os que revelam vocação para o pioneirismo e capacidade para se conformar em viver afastados dos grandes mercados de trabalho, a empresa vem tendo que contratar toda essa gente por altos salários, geralmente 20 ou 30% acima do que se paga nas grandes cidades. Esse pessoal ganha também moradia, direito a duas ou três viagens anuais, por via aérea, para suas cidades de origem, assistência médica, escola para os filhos, etc.

As casas são quase sempre de concreto armado. No início, algumas casas ou pré-fabricadas de madeira vieram dos Estados Unidos. Mas um bursário encarregou-se de pulverizá-las em muito pouco tempo. Depois disso, fizeram-se casas de madeira de lei extraída das matas nativas. Essas não foram atacadas pelos insetos. Mas, não há madeira, nem serraria, que dê conta da demanda. Foi assim que os técnicos da Jari optaram pelo concreto, mesmo sabendo que o cimento, o ferro e a maior parte dos materiais teriam que vir, como hoje vem, de Belém, de São Paulo e de outras capitais.

Com exceção das mais antigas, construídas com piso elevado, mais ou menos dentro do estilo amazônico (se é que poderia ser chamado assim), essas casas são geralmente térreas. Têm dois ou três dormitórios, um ou dois banheiros, sala, cozinha e copa conjugadas e uma varanda. Tudo em meio a um jardim, quase sempre gramado. Vem também mobiliadas e dotadas dos aparelhos domésticos que os norte-americanos consideram essenciais: refrigerador, fogão a gás, máquina de lavar roupa e também a de secar.

A presença dessa máquina de secar, aparentemente um luxo, tem duas explicações, uma técnica e outra estética. A explicação técnica é a de que o alto índice de umidade do ar dificulta a secagem da roupa no varal. E, depois, parece que o senso de privacidade do norte-americano não suporta roupas comuns penduradas, principalmente as mais íntimas.

Em Monte Dourado, a capital, há 320 residências para o pessoal de staff, 533 para os de nível intermediário e muitas mais em construção. Em Munguba, o distrito industrial do Projeto Jari, e em São Raimundo, a sede dos arrozais, há mais 180 casas (90 em cada área) que aos poucos deverão multiplicar-se para perto de mil.

Essas moradias destinam-se, evidentemente, a funcionários casados que trouxeram suas famílias para o Jari. Os solteiros vão para o alojamento que, basicamente, é um barracão — também de concreto — mobiliado de camas e armários para cada funcionário e banheiros comuns.

POUCA SOMBRA

Uma peculiaridade que mais chama a atenção para quem percorre as ruas de Monte Dourado é a falta de arborização. Afinal, estamos em plena Amazônia e, mais, dentro de um projeto de florestamento. Por que não uma sombra acolhedora diante de cada casa? Roberto Rossi, engenheiro paulista, de 36 anos, assistente de diretoria, tem uma explicação para o caso: "Aqui, as árvores têm raízes muito superficiais. Se não tiverem o apoio das outras, como na floresta, não suportam o vento e tombam".

Há dois clubes só para o pessoal mais qualificado. Têm piscinas, quadras de tênis e de basquete, campo de futebol, centro de vivência e um restaurante social. A Jari, uma maloca agradável, de madeira coberta de sapé, onde o pessoal pode jantar fora ou bebericar pela noite adentro.

Como poucos têm condução própria e todos dependem dos serviços implantados pela própria empresa, Monte Dourado vai criando hábitos diferentes dos que se vêem em outras cidades. Por exemplo, a dona-de-casa que pretende ir ao supermercado deve colocar uma bandeirinha amarela, de madeira, diante de sua porta. Se o problema for falta de gás ou de refrigerantes, a bandeira é azul. Basta esse sinal para que uma Kombi, encarregada de circular pela cidade, pare diante da casa, leve-a às compras ou lhe troque o botijão.

O pessoal qualificado dispõe também de um restaurante. A comida, embora feita em grandes quantidades, pode ser considerada excelente. O café da manhã, por exemplo, segue os padrões do breakfast norte-americano: ovos, os indispensáveis presunto e bacon, frutas (principalmente, maçã, mamão, pera, banana), suco de laranja ou de maracujá, café com leite (leite em pó reidratado), biscoitos, pão, manteiga, queijo, geleias.

Éis um cardápio de almoço: primeiro os frios, bastante variados, com maionese, presunto, enlatados, salada de milho verde, de pimentão, de legumes, de ovos, depois, arroz à grelhada, feijão, torta de palmito e frango, batata frita, legumes e bife de filé. De sobremesa, pudim de leite, frutas em calda ou frutas frescas. Mais suco de laranja, água e cafézinho. Tudo à vontade, embora a maioria desses artigos venha de muito longe, principalmente de São Paulo.

Com exceção da massa da torta, um pouco dura, a comida estava bastante boa.

A empresa debita 600 cruzeiros mensais a quem come nesse refeitório. Durante um mês, enquanto põem a casa em ordem, as famílias dos novos funcionários podem se alimentar de graça nesse restaurante. Vencido esse prazo, cada refeição avulsa passa a custar 35 cruzeiros.

A principal queixa do pessoal de nível do Jari é a falta do que fazer nas horas vagas. Realmente, além do clube e dos bate-papos com amigos, quase não há programas possíveis. Televisão não existe porque não há estação retransmissora e os sinais, quando chegam, são muito fracos. Dois ou três funcionários bem que tentaram, por conta própria, captar imagens de TV. Montaram antenas enormes que hoje não servem para nada.

Para que o pessoal pudesse assistir aos jogos da Copa do Mundo, a própria empresa encomendou um aparelho de vídeo-tape. As gravações vinham de Belém e eram projetadas, com um dia de atraso, na sede dos clubes. Quem fez questão de informação mais atualizada teve que se contentar com o rádio. Os jornais e revistas do Sul chegam por lá com dois dias de atraso.

Como ganha bem e gasta pouco, o pessoal qualificado do Jari guarda um bom pedacinho. Em geral, investe em títulos de renda fixa (há lá uma agência Unibanco), ou guarda para aplicar em imóveis, em Belém ou nas cidades de origem.

A VIDA DOS PEÕES

O peão, no entanto, está muito longe de ter essa vida boa. Em geral, chega ao Projeto apenas com a roupa do corpo, nenhum dinheiro e nenhum documento. Uma agência do Ministério do Trabalho lá instalada encarrega-se de fornecer carteiras provisórias de trabalho. E a empresa lhe fornece alojamento, cama ou rede para dormir, e uma carteirainha que lhe permite o acesso ao supermercado onde as contas lhe são debitadas pelo sistema de conta-corrente, ou seja, descontadas de seu salário.

Se o trabalhador é casado e tem filhos, pode eventualmente conseguir uma casa de dois dormitórios, cozinha e banheiro. Nas silvilhas, onde moram os trabalhadores que se ocupam dos serviços de florestamento, as casas dispõem de um amplo quintal onde a Jari espera que se forme uma hortã ou se plantem árvores frutíferas. Mas até agora não houve quem o levasse a plantar umas verduras, embora haja não apenas sementes mas até assistência técnica especial.

Os supermercados vendem gêneros de primeira necessidade — evidentemente sem a mesma fartura dos supermercados das grandes cidades — trazidos, por cabotagem ou por caminhão, pela própria empresa que cobra apenas os preços de custo. Alguns preços do supermercado da silvilha do Planalto: arroz (pacote de 1 kg), Cr\$ 7,50; feijão (pacote de 1 kg), Cr\$ 9,40; leite Ninho (lata de 1 kg), Cr\$ 12,10; Matzena (pacote de 1 kg), Cr\$ 7,40; óleo Salada (lata de 900 gramas), Cr\$ 13,90; ovos (dúzia), Cr\$ 18,00; sabonete Lux (90 gramas), Cr\$ 4,30; uísque Old Eight (litro), Cr\$ 102,70.

O trabalhador solteiro toma as refeições no refeitório adjacente ao do pessoal de staff. A comida é feita pela mesma cozinha e, segundo as informações do serviço de relações públicas, é substancialmente a mesma do pessoal administrativo. Não é bem assim. As mesas são de madeira, sem toalhas, e a comida é servida num bandeirão de aço inox, desses que têm repartições. Na verdade, só o arroz, o feijão e os legumes são os mesmos do restaurante ao lado. Não há os frios, nem o filé, substituído por um picadinho de carne, embora de bom aspecto. E há também muita farinha — item aliás, indispensável à dieta do nordesta. De sobremesa, uma laranja. O refeitório mostrava certo descuido no asseio. Preço da refeição: 120 cruzeiros por mês.

Em 1972 estourou um escândalo no Jari. Durante a passagem do presidente Médici por Monte Dourado, uma manifestação de trabalhadores, com falxas e cartazes, chamava a atenção para o que se denunciavam como precárias condições, de vida e de salário. Na ocasião, os dirigentes da Jari procuraram argumentar que se tratava de empregados das empreiteiras às quais a empresa contratava apenas os serviços não sendo, portanto, responsável pelo tratamento proporcionado à mão-de-obra.

A tese não foi totalmente aceita pelos assessores da presidência. E a própria Jari começou a tomar providências, o que parece comprovar a aceitação de pelo menos parte das

acusações contra ela. Johan C. Zweete, o mais antigo diretor da Jari, reconhece que a empresa estava perdendo o controle sobre as empreiteiras. Perdera não apenas condições para julgar preços, como também os custos de folha de pagamentos.

Foi essa a principal razão que levou a Jari à criação de uma empreiteira própria, a Serviços Agrícolas e Silviculturais (SASI), cujo objetivo passou a ser não apenas a execução das tarefas normalmente delegadas a outras prestadoras de serviços (desmatamento, florestamento, limpeza, conservação do solo etc.) mas também organizar as atividades extrativas, principalmente a colheita da castanha do Pará nas matas da propriedade. É o SASI o comprador das castanhas que o trabalhador vai catar no mato. Paga geralmente mais que outros intermediários, exatamente para controlar a produção e a atividade dessa gente. A outra atribuição do SASI é administrar as silvilhas.

ALTA ROTATIVIDADE

Mas há sintomas de problemas sociais não resolvidos. Um deles, é o grande número de abandono de emprego. O responsável pelo posto do Ministério do Trabalho, Balduino Henrique de Araújo, que chegou ao Jari logo depois que ocorreram os incidentes durante a visita do presidente Médici, afirma que as empreiteiras se queixam de que os empregados somem do emprego, devendo roupa, rede, adiantamento salarial. E mostrou três laudas datilografadas que lhe haviam sido enviadas por uma só empreiteira, a própria SASI, relacionando mais de 100 nomes de trabalhadores entre os 2 mil contratados, abandonaram o emprego num só mês, o de maio último.

O diretor Johan Zweete, que não esconde o problema, o atribui mais ao espírito nômada, avesso a todo o tipo de rotina, que caracteriza o homem da Região. "Mas, depois de muitas idas e vindas, eles acabam se acostumando, casam-se e ficam por aqui mesmo — diz Zweete. Os que ficam, cuidam logo de subir na vida. O primeiro símbolo de status é um inevitável relógio Seiko. Vem, depois, a calça lee, o chapéu texano, a camisa US Top, da Alparagtas, e, eventualmente, um rádio de pilha.

Há em todo o Projeto cerca de 7 mil peões diretamente empregados pela Jari. Outros 6 mil trabalham para as empreiteiras. A grande maioria ganha o salário mínimo da região, 1.226 cruzeiros por mês. Mas, ao recém-chegado dificilmente sobra grande coisa nos dias de pagamento, cada dia 10 e 25, devido aos descontos em folha.

Nos fins de semana, imediatamente após cada dia 10 e 25, é tempo de grande movimento no beiradão. Beiradão é um conjunto de palafitas instaladas diante das maiores cidades do Projeto, às margens opostas do Jari. Está dentro do território da Empresa, mas em terras de marinha, a faixa de beira-rio que pertence, por lei, à União.

Lá, sobre palafitas construídas desordenadamente, vive uma verdadeira população — aproximadamente 5 mil pessoas — de pequenos comerciantes, prestadores de serviços, biscateiros, aventureiros, prostitutas — que se encarregam de fornecer ao pessoal aquilo que os supermercados e o sistema de serviços do Jari não pode fornecer.

O supermercado de Monte Dourado, por exemplo, tem quatro ou cinco tipos de calçados e nem sempre mantém estoques com todos os tamanhos. Pois no beiradão, qualquer pessoa pode encontrar um suprimento bem mais farto. Não só de sapatos e botas, mas também de aparelhos domésticos, aparelhos de som, roupas, remédios, artigos de macumba, tônicos de longa vida e poderosos revigorantes da vida sexual. O engenheiro Roberto Rossi, por exemplo, não só comprou no beiradão a bicicleta que deu de presente ao filho no dia de aniversário, como também comprou um conserto. Lá mesmo, o órgão que entrara em pane. Pode-se também cortar o cabelo, jogar suco, beber cachaça e cerveja, e, naturalmente, falar mal do próximo ou dos chefes antipáticos.

No Jari há três beiradões em franco progresso e com uma perspectiva de crescimento bastante auspiciosa devido aos grandes projetos que a empresa tem pela frente. Para ir ao beiradão é preciso pegar um táxi, um barco a motor que faz a travessia do rio pela quantidade de 5 cruzeiros por pessoa. Lá está também o mercadão, que preocupa bastante as autoridades sanitárias do Jari que procuram controlar as doenças venéreas.

O delegado Pedro da Costa Uchoa, de Macapá, que faz rodízio com um colega a cada trinta dias, não tem maiores queixas a respeito da conduta dos moradores do beiradão. Afirma que tem pouco trabalho: "É de muito tempo que não há incidentes mais sérios por aqui. O mais é em brigas, de mentalidade (discussões) de vez em quando uma agressão...". O sargento Henoch, encarregado do destacamento de Monte Dourado, a delegacia sob jurisdição do governo do Estado do Pará, diz praticamente a mesma coisa.

Mas o beiradão não é freqüentado apenas por brasileiros. Bob Johnson, um gringo de dois metros de altura e uma largura igualmente respeitável, ficou famoso no beiradão. Gostava muito de ir para lá nos fins de semana, reunia a criançada, comprava balas e bauladas para todos e ria muito. Um dia, Bob Johnson perdeu a conta de uns tragos que bebericava com gente de lá, e na volta, andou pisando em falso na ponte de táboas, a avenida do beiradão. O gringo acabou machucando a cara e, no dia seguinte — é o que dizem — jurou que nunca mais voltaria. Realmente, não apareceu mais por lá. Mas deixou saudades.

E agora vamos discutir tudo isso

O Projeto Jari é, sem dúvida, um empreendimento impressionante, principalmente quando se avallam as dificuldades do que seja implantar e manter em funcionamento, em plena selva, sem qualquer apoio oficial, quer de infra-estrutura quer de logística, uma grande fábrica de celulose, um imenso arrossal, 100 mil hectares de florestas artificiais e uma mina de caulim — sem falar de outros projetos em andamento.

Também não há dúvida de que mais cedo ou mais tarde estará contribuindo para o equilíbrio do balanço brasileiro de pagamentos, já que parte substancial da grande produção que começa a ser obtida engrossará a pauta de exportações. Além disso, bem ou mal, 25 mil pessoas vivem no Jari e dele dependem, direta ou indiretamente para viver. Isso é desenvolvimento econômico.

Mas são as grandes dificuldades a enfrentar e o imenso volume de recursos exigidos para superá-las que levam imediatamente a perguntar se o Projeto Jari deve ser tomado como modelo de desenvolvimento econômico. Por desenvolvimento econômico entende-se aqui a implantação de uma economia de mercado relativamente livre, de respeito à propriedade privada dos bens de produção e ao regime de livre iniciativa, cujo objetivo último seja o bem-estar social (welfare state) — que até prova em contrário, é a aspiração da Nação neste momento.

Antes de mais nada, é preciso ter em conta que, mesmo no regime capitalista de produção, o sistema de administração e de aplicação de recursos da Jari é uma isolada exceção. Nenhuma alta cúpula de uma grande multinacional teria coragem de aprovar uma aplicação tão remota de capitais para um retorno tão remoto de seus frutos. E mesmo se tivesse coragem para isso, muito provavelmente essa cúpula não resistiria à primeira assembleia geral de acionistas que se realizasse. Sob esse ponto

de vista, portanto, a Jari é um empreendimento heterodoxo, embora inegavelmente bem sucedido e aparentemente irreversível, garantido exclusivamente pela tenacidade e pelo carisma de Daniel Ludwig.

Por isso, o sistema de gerenciamento de longo prazo dificilmente terá condições de se manter depois de sua morte, quando um conselho especial, eleito pela Fundação Ludwig de Combate ao Câncer (com sede na Suíça), assumir o comando da empresa. A partir daí, provavelmente, o critério de maturação do investimento estará substancialmente mudado porque essa Fundação terá muito mais pressa do que o atual proprietário em assegurar o retorno dos lucros. Isso significa, em última análise, que há dúvidas de que os atuais critérios de aplicação de recursos da empresa tenham condições de prevalecer.

Se se trata de um tipo de administração considerada arriscada até para uma poderosa multinacional, com muito maior razão o será para qualquer empresa brasileira. Paulo Nogueira Netto, secretário especial do SEMA, exprime com felicidade esse ponto de vista: "Não há empresa neste País em condições de concentrar tantos capitais e garantir o funcionamento de tantos equipamentos em plena selva como vem fazendo a Jari. Veja o projeto do arroz. Aquilo é uma pequena Holanda com espetaculares soluções tecnológicas para problemas da Amazônia. Mas essas soluções dificilmente poderão ser aplicadas em projeto semelhantes, exatamente porque exigem muito dinheiro e longo prazo de maturação".

Também é improvável que o tipo de administração do Jari subsista por muito mais tempo porque se trata de um projeto que é fruto de dois regimes autoritários. O empresário Daniel Ludwig é, ele próprio, toda a cúpula não apenas da Jari mas de todas as suas empresas: ele é seu diretor presidente, os conselhos deliberativos, executivo e — a única pes-

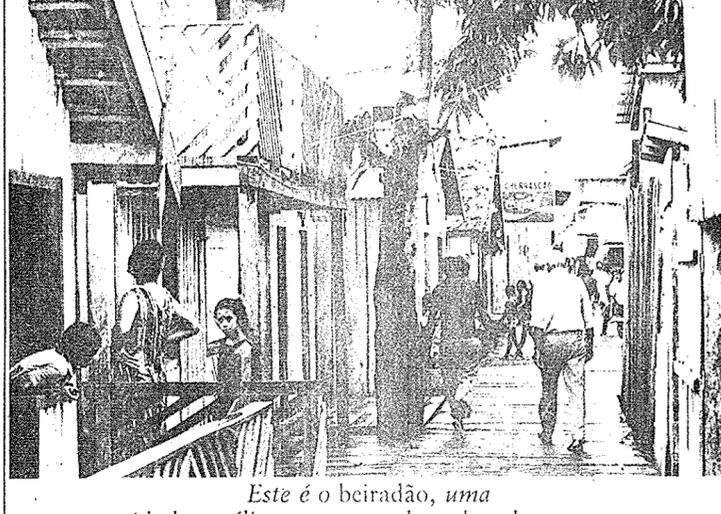
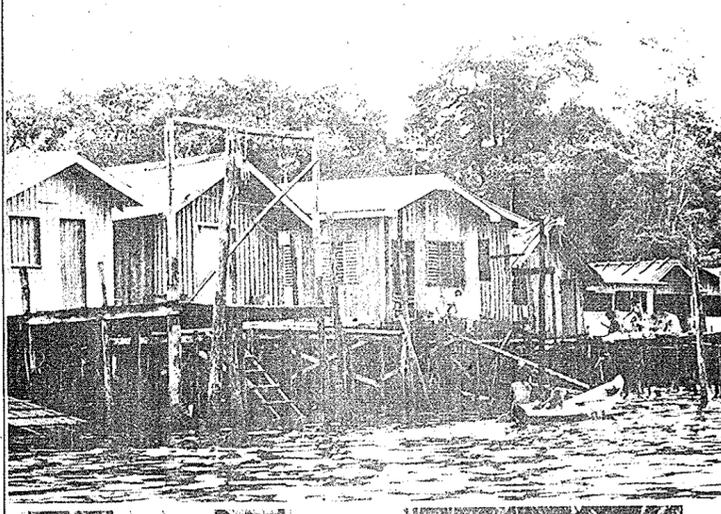
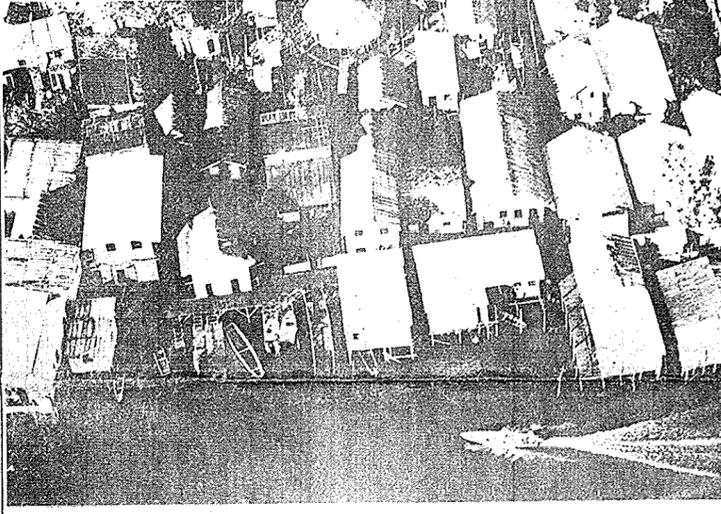
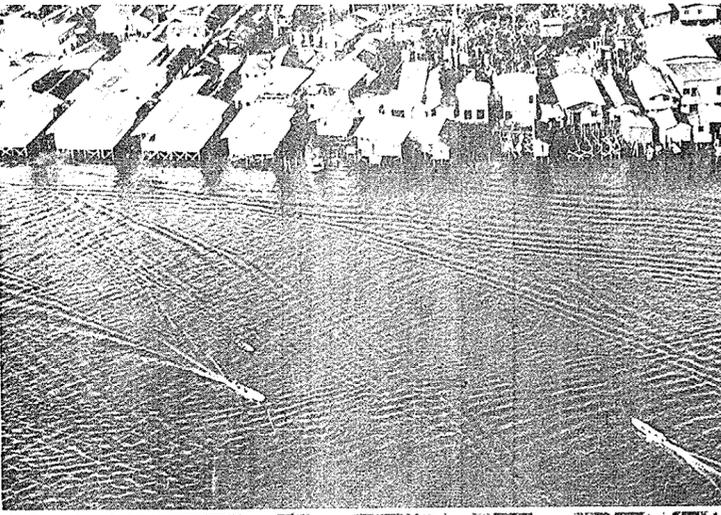
soa que assina os cheques, como ele próprio diz. Todas as grandes decisões ou são tomadas por ele ou assumidas como se o fossem.

A alta rotatividade dos mais altos cargos executivos da Jari é consequência das dificuldades que encontram seus dirigentes em gerenciar uma empresa dirigida por um homem tão centralizador e tão autoritário. As grandes decisões são negociadas por ele mesmo, diretamente em Brasília, junto ao mais alto escalão do governo. Seu acesso direto ao poder vem sendo bastante facilitado por homens que, já fora de sua confiança e que hoje ocupam cargos importantes, como é o caso de Heitor Aquino, ex-diretor do Projeto Jari, hoje assessor especial do presidente Geisel.

Nun regime democrático, cuja volta parece iminente, esse sistema de negociações diretas entre empresário autoritário e governo autoritário tem poucas chances de subsistir, a menos que se adapte — o que, aliás, não é tão complicado. O regime democrático pressupõe certa descentralização do poder e das decisões, e predomínio do sistema federativo. Isso significa que a redemocratização do País tenderá a fazer com que prevaleçam os interesses regionais ou mesmo locais, com os quais a Jari não tem tanta identificação e pouco ou quase nada negocia.

Essas observações não se restringem, evidentemente, ao Projeto Jari, mas devem ser entendidas, com variações de grau, para todo o esquema de ocupação da Amazônia, tal como vem sendo promovido pelo governo federal e pela Sudam.

A esta altura, o Jari parece um projeto irreversível. Mas algo leva a crer que, para o próprio fortalecimento do capitalismo brasileiro, é mais adequado adotar para a região um desenvolvimento baseado em projetos de menor porte. Foram empresas desse tipo que criaram a agricultura forte e vêm garantindo a produtividade agrícola dos Estados Unidos.



Este é o beiradão, uma cidade-satélite que cresce desordenadamente sobre palafitas, em frente a Monte Dourado, a capital, no outro lado do rio. Há mais dois beiradões iguais a este onde moram 5 mil pessoas.